

DIPLOMAS RELEVANTES

PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

GABINETE
JURIDICO

26 de Junho a 7 de Julho de 2017

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 136/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 124/2017, SÉRIE I DE 2017-06-29107584762

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que remeta anualmente à Assembleia da República a avaliação da execução dos planos nacionais no âmbito da igualdade

DECRETO-LEI N.º 77/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 125/2017, SÉRIE I DE 2017-06-30

FINANÇAS

Cria medidas de dinamização do mercado de capitais, com vista à diversificação das fontes de financiamento das empresas

DECRETO-LEI N.º 79/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 125/2017, SÉRIE I DE 2017-06-30

JUSTIÇA

Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

PORTARIA N.º 201-B/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 125/2017, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2017-06-30

FINANÇAS

Programa SIMPLEX+ 2016 - Estabelecem-se os procedimentos para a compensação de créditos entre os contribuintes e o Estado

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 141/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 126/2017, SÉRIE I DE 2017-07-03

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 97/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 130/2017, SÉRIE I DE 2017-07-07

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova os termos das iniciativas relacionadas com o diagnóstico, monitorização, substituição, remoção e destino final de amianto

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA N.º 7/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 129/2017, SÉRIE I DE 2017-07-06

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

«O membro sobrevivente da união de facto tem direito a pensão de sobrevivência, por morte do companheiro, beneficiário do sector bancário, mesmo que o regime especial de segurança social aplicável, constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, para que remete a Lei n.º 7/2001, não preveja a atribuição desse direito»

